



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.02.27.001

LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE COBERTURA, PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETIM, PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE SPOT, DIVULGAÇÃO EM MÍDIA E IMPRESSA, DIVULGAÇÃO SONORA VOLANTE, PRODUÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL, FILMAGEM E FOTOS AÉREAS, COBERTURA FOTOGRÁFICA E SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO DE MATÉRIAS, ASSUNTOS E CONTEÚDOS INSTITUCIONAIS DE INTERESSE DO GABINETE DO PREFEITO E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTICIPANTES/INTERESSADAS DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE, MEDIANTE PREGÃO ELETRÔNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONTIDA NO ANEXO I DESTA EDITAL

O município de Boa Viagem, através da Comissão Permanente de Licitação, devidamente nomeada pela Portaria nº 202/2022, de 05 de agosto de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local abaixo previsto, abrirá licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, para atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 - Lei que Regulamenta o Pregão, sob a condução do Pregoeiro(a) Sr.(a) Willamys Carneiro Carvalho e sua equipe de apoio composta por Dajane de Souza Lobo Oliveira e Glecia Maria Vieira Ferreira, nomeados pela Portaria nº 202/2022, de 05 de agosto de 2022.

HORÁRIO, DATA E LOCAL:

OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS serão recebidos em sessão pública marcada para:

RECEBIMENTO DE PROPOSTA(S) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ATÉ:

Às 08:00 horas.

Do dia 14 DE MARÇO DE 2023.

No endereço: sítio eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br (Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET).

ABERTURA E ANÁLISE DA(S) PROPOSTA(S):

Às 08:00 horas.

Do dia 14 DE MARÇO DE 2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

Às 14:30 horas.

Do dia 14 DE MARÇO DE 2023.

Referência de tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Formas de contato:

PREFEITURA DE BOA VIAGEM

CNPJ Nº 07.963.515/0001-36 | CGF Nº 06.920.307-5

Praça Monsenhor José Cândido, 100 | Centro | Boa Viagem/CE | CEP 63.870-000

Tel.: 88 3427.7001 - 9 8168.1714 | E-mail: pmbv_oficial@boaviagem.ce.gov.br | Site: www.boaviagem.ce.gov.br



No(s) endereço(s): sítio eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br (Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET) - quando for pregão eletrônico ou na Sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Praça Monsenhor José Cândido, 100 - Centro - Boa Viagem/CE ou email licitacaoboaviagem@gmail.com* - pmbv_oficial@boaviagem.ce.gov.br ou no telefone (88) 3427.7001 - **(88) 9.8168.1714***.

*(preferencialmente)

Esclarecimentos, consultas, recursos, impugnações e/ou outros:

No(s) endereço(s): sítio eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br (Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET) - quando for pregão eletrônico ou na Sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Praça Monsenhor José Cândido, 100 - Centro - Boa Viagem/CE ou no e-mail: licitacaoboaviagem@gmail.com.

Disponibilização dos atos administrativos, licitação (edital, avisos, propostas de preços, impugnações, recursos, adjudicação, homologação, outros).

No(s) endereço(s): sítio eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br (Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET) - quando for pregão eletrônico ou na Sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Praça Monsenhor José Cândido, 100 - Centro - Boa Viagem/CE ou <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/> (Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE) ou <https://www.boaviagem.ce.gov.br/licitacaobalista.php> (Portal de Licitações do Município de Boa Viagem/CE).

CONSTITUEM PARTE INTEGRANTE DESTA LICITAÇÃO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO OS SEGUINTES ANEXOS:

- ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS
- ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO
- ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- ANEXO V - MINUTA CONTRATUAL

1.0 - DO OBJETO

1.1- A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais prestações de serviços de cobertura, produção e divulgação de boletim, produção e divulgação de spot, divulgação em mídia e impressa, divulgação sonora volante, produção de vídeo institucional, filmagem e fotos aéreas, cobertura fotográfica e serviço de transmissão ao vivo de matérias, assuntos e conteúdos institucionais de interesse do Gabinete do Prefeito e demais Unidades Administrativas participantes/interessadas do Município de Boa Viagem/CE, conforme especificações em anexo, parte integrante deste processo.

2.0- DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1- RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1.1- Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei de Licitações nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e da Lei do Pregão nº 10.520, de 10 de julho de 2002.

2.1.2- Não poderá participar empresa com falência decretada;

2.1.3- Não será admitida a participação de interessados sob a forma de consórcio ou grupo de empresas;

PREFEITURA DE BOA VIAGEM

CNPJ Nº 07.963.515/0001-36 | CGF Nº 06.920.307-5

Praça Monsenhor José Cândido, 100 | Centro | Boa Viagem/CE | CEP 63.870-000

Tel.: 88 3427.7001 - 9 8168.1714 | E-mail: pmbv_oficial@boaviagem.ce.gov.br | Site: www.boaviagem.ce.gov.br



2.1.4- Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório.

2.2- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.2.1- Poderá participar do pregão qualquer pessoa jurídica localizada em qualquer Unidade da Federação, desde que atenda a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

2.3- REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

2.3.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

2.3.1.1- coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

2.3.1.1.2 - responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

2.3.1.1.3 - abrir as propostas de preços;

2.3.1.1.4 - analisar a aceitabilidade das propostas;

2.3.1.1.5 - desclassificar propostas indicando os motivos;

2.3.1.1.6 - conduzir os procedimentos relativos aos lances e a escolha da proposta ou do lance de menor preço;

2.3.1.1.7 - verificar a habilitação do proponente;

2.3.1.1.8 - declarar o vencedor;

2.3.1.1.9 - receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

2.3.1.1.10 - elaborar a ata da sessão;

2.3.1.1.11 - encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

3.0 - CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES:

3.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto as unidades da Bolsa Brasileira de Mercadorias, sediadas no País.

3.2 - Os procedimentos para credenciamento para obtenção de chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no Sistema de Licitações no endereço www.bbmnetlicitacoes.com.br, acesso "licitantes (fornecedores)".

3.3 - As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no Sistema Eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, chat, e-mail ou mensagens de texto, disponível no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br

3.4 - A chave de identificação e a senha terão validade de acordo com as normas e procedimentos previstos no Regulamento do sistema eletrônico BBNNet licitações, e poderão



ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Brasileira de Mercadorias, por ato devidamente justificado.

3.5 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a Termo de Adesão, conforme regulamento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no "BBMNet Licitações". A participação pode ser dar como licitante direto ou ser representado por uma de corretora associada.

3.6 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.7 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura Municipal de Boa Viagem/CE ou à Bolsa Brasileira de Mercadorias a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.8 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a prestação de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.9 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade.

3.10. Nas licitações promovidas por órgãos públicos os licitantes estarão sujeitos ao pagamento de taxa de utilização do Sistema Eletrônico de Licitações, nos valores de acordo com o link <http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/valores-ressarcimento-de-custos>

3.11. A taxa de utilização de Sistema constitui receita exclusiva da Bolsa para ressarcimento dos custos de desenvolvimento, atualização e manutenção do Sistema e não representa emolumentos ou taxa pelo prestação de serviços, nos termos do art. 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.

3.12. As corretoras que participarem como representantes de licitantes perante o Sistema poderão negociar livremente a cobrança de outros valores a título de corretagem pelos serviços prestados.

4.0 - PARTICIPAÇÃO:

4.1 - A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, opção "Login", observando data e horário limite estabelecidos.

4.1.1 - As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos para a abertura das propostas, conforme indicação na primeira página deste edital.

4.2 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



4.3 - Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.3.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

4.4 - Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

4.5 - O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal "www.bbmnetlicitacoes.com.br", que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

5.0 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

5.1.- A proposta de preços deverá ser registrada no sistema eletrônico onde se fará a sessão de licitação, sem a identificação do fornecedor, caracterizando o produto proposto no campo discriminado, contemplando os itens propostos conforme termo de referência e sendo anexada o arquivo da proposta de preços para o item, sendo o aceite o mesmo arquivo para os demais itens desde que contemple todos os itens de interesse do proponente.

5.1.1- O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.1.2 - As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

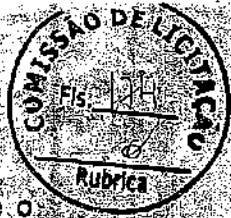
5.1.2.1- Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

5.1.2.1.1 - Os serviços ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

5.1.2.1.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR TOTAL** do lote OU **VALOR UNITÁRIO**.

5.1.3 - Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações do item 10.2 no campo "FICHA TÉCNICA" ou anexá-las por meio de arquivo eletrônico no campo apropriado do sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias, sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio. E quando for o caso informar se a empresa é ME/EPP.

5.1.4 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas,



tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

5.1.5- As propostas de preços deverão ainda conter:

5.1.5.1- Marca do produto no sistema, quando for o caso e ainda na proposta eletrônica em anexo ao sítio eletrônico conforme anexo II do edital, quando for o caso;

5.1.5.2- Preço unitário e total propostos, cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, já consideradas, no mesmo, todas as despesas, inclusive tributos, taxas, contribuições e demais encargos incidentes direta e indiretamente no objeto deste Edital;

5.1.5.3- Planilha de Preços, contendo preços unitários e totais de todos os itens constantes do **ANEXO I - especificações dos serviços**.

5.1.5.4- Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

5.1.5.5- O valor global de cada ITEM/LOTE deverá ser cotado em algarismos, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais e por extenso. Ocorrendo divergência entre os valores propostos, prevalecerão os descritos por extenso e, no caso de incompatibilidade entre os valores unitário e total, prevalecerão os valores unitários.

5.2- PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA)

5.2.1- Ao final da sessão o licitante declarado vencedor deverá apresentar proposta de preços final (consolidada) quando for solicitado pelo pregoeiro no chat do sistema, conforme o item 7.0 do edital, no **prazo máximo de 02 (duas) horas**, via e-mail do pregoeiro indicado na primeira folha deste edital.

5.2.2- As propostas de preços final (consolidada) deverá ainda conter:

5.2.2.1- A razão social, local da sede e o número de inscrição no CNPJ da licitante;

5.2.2.2- Assinatura do Representante Legal;

5.2.2.3- Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das mesmas;

5.2.2.4- A marca dos produtos e/ou fabricante, nos casos em que couber, compatíveis com o informado no sistema eletrônico e na proposta inicial em anexo ao sistema;

5.2.2.5- Preço unitário e total propostos, cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, já consideradas, no mesmo, todas as despesas, inclusive tributos, taxas, contribuições e demais encargos incidentes direta e indiretamente no objeto deste Edital;

5.2.2.6- Planilha de Preços, contendo preços unitários e totais de todos os itens constantes do **ANEXO I - especificações dos serviços**.

5.2.2.7- Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

5.2.2.8- O valor global de cada ITEM/LOTE deverá ser cotado em algarismos, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais e por extenso. Ocorrendo divergência entre os valores propostos, prevalecerão os descritos por extenso e, no caso de incompatibilidade entre os valores unitário e total, prevalecerão os valores unitários.



6.0 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES:

6.1 - A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no item 4.1, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

6.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.1 – Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

6.2.2 – Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote.

6.3 - Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de Lotes da mesma licitação.

6.3.1 - O pregoeiro comunicará aos licitantes, após a abertura da sala de disputa, a sua opção por realizar a disputa simultânea de lotes, se for o caso.

6.3.2 – Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá a ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.

6.4 – O sistema apresentará apenas o melhor lance de cada licitante durante a sessão pública.

6.5 – O tempo normal de disputa será encerrado pelo pregoeiro.

6.6- DA FASE DE LANCES

6.6.1- MODO DE DISPUTA ABERTO:

A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos.

6.6.2 - Encerrado o prazo de 10 minutos, será prorrogado automaticamente pelo Sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão.

6.6.3 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, mencionada anteriormente, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.6.4 - Na hipótese de não haver novos lances nos últimos dois minutos do período de duração da sessão, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.6.5- O pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de lances.

6.6.6- O intervalo mínimo de diferença de valores nos lances deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo), tanto em relação a lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.



6.7 - O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

7.0 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "menor preço", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor preço por item, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

7.2 - Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o Pregoeiro negociará a redução do preço com o seu detentor.

7.3 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 10.520/2002. O Pregoeiro verificará também o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas nos itens 8.0 e 9.0 deste Edital.

7.3.1 - O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar, no prazo máximo de 02 (duas) horas após o término da sessão de disputa de lances do último lote/item do pregão, via e-mail do pregoeiro indicado na primeira folha deste edital, a proposta final de preços.

7.3.2.1 - Os prazos indicados nos itens 7.3.1 iniciam-se simultaneamente, devendo os licitantes cumprir ambos Independente de manifestação do pregoeiro sobre a documentação encaminhada por e-mail, o envio (ou protocolo) dos documentos originais, ou suas cópias autenticadas, é sempre obrigatório.

7.3.3 - No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos nos itens 7.3.1 a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

7.3.4 - A inobservância aos prazos elencados nos itens 7.3.1, ou ainda o envio da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

7.4 - Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.5 - Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis.

7.6 - Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

7.7 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo Pregoeiro.

8.0 - DA HABILITAÇÃO:



A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

8.1- HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA:

8.1.1- Cédula de identidade do responsável legal ou signatário da proposta.

8.1.2- Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Observado que o aditivo consolidado atende as outras alterações anteriores, portanto, sendo suficiente.

8.1.3- PROVA DE INSCRIÇÃO NA

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo a sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (ISS);

8.2- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

8.2.1- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

- A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, emitida nos moldes da Portaria Conjunta PGEN/REB nº 1.751, de 02/10/2014;
- A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
- A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

8.2.2- Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação - CRS;

8.2.3- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

8.3- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.3.1- Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do assinante, comprovando que a licitante forneceu ou esteja fornecendo serviços compatíveis em características com o objeto desta licitação desta licitação.

8.3.1.1- Havendo dúvida acerca da veracidade do documento, o(a) Pregoeiro(a), poderá promover diligência junto a empresa, a fim de comprovar a veracidade do Atestado de Capacidade Técnica em questão, solicitando apresentação de Contrato(s) e Nota(s) Fiscal(is) do referido atestado.

8.4- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

PREFEITURA DE BOA VIAGEM

CNPJ Nº 07.963.515/0001-36 | CGF Nº 06.920.307-5

Praça Monsenhor José Cândido, 100 | Centro | Boa Viagem/CE | CEP 63.870-000

Tel.: 88 3427.7001 - 9 8168.1714 | E-mail: pmbv_oficial@boaviagem.ce.gov.br | Site: www.boaviagem.ce.gov.br



8.4.1- Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da PROPONENTE, Justiça Ordinária;

8.4.2- Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com termos de abertura e encerramento do Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial de origem que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC.

8.4.2.1- No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.4.2.2- As empresas optantes pelo regime de tributação sobre o lucro real/presumido, através da escrituração digital SPED (FCO), conforme dispõe o art. 8º da Instrução Normativa nº 1.594 de 01 de dezembro de 2015, da Receita Federal do Brasil, fica exigida a apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social até o último dia útil do mês de maio do corrente ano.

8.4.2.3- As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicada na Imprensa Oficial, de acordo com a legislação pertinente;

8.4.2.4- O Microempreendedor Individual (MEI) que no ano-calendário anterior não tenha auferido receita bruta de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) está dispensado da apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social na forma do item anterior, conforme art. 1.179 §2º do Código Civil e artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, entretanto deverá apresentar a DASN-SIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual).

8.5- OUTRAS EXIGÊNCIAS:

8.5.1- Declaração expressa de que atende ao disposto no Art. 17º, inciso XXXIII da CF/88, conforme modelo do Anexo III.

8.6 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda por meio de cópia simples, a ser autenticada por servidor habilitado da Prefeitura Municipal de Boa Viagem/CE, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

8.6.1 - Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 180 dias.

8.6.2 - O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

8.6.3 - A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

8.7-DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO



8.7.1- Os documentos de habilitação elencados no item 8.0 do edital deverão ser anexados ao sistema eletrônico em campo próprio para tal finalidade. Finalizado a etapa de lances o pregoeiro fará o download dos mesmos e julgará a habilitação da licitante vencedora. Os documentos anexados no sistema em via originais ou cópias autenticadas no prazo estabelecido do edital.

8.9- DO RESUMO DA SESSÃO

8.9.1- O licitante interessado fará o cadastramento de sua proposta de preços no sistema eletrônico e anexará o arquivo da mesma no sistema contendo as informações solicitadas em edital,

8.9.2- o licitante interessado fará simultaneamente a anexação dos documentos de habilitação no sistema eletrônico em campo próprio para tal finalidade.

8.9.2.1- Os documentos de habilitação deverão estar válidos para o dia da sessão eletrônica marcada no preâmbulo deste edital.

8.9.3- Encerrado o prazo para recebimento de propostas de preços eletrônica e documentos de habilitação, o pregoeiro então abrirá o sistema para classificação das propostas de preços.

8.9.3.1- Feita a classificação das propostas de preços eletrônica o pregoeiro então dará início a fase de lances no horário marcado em edital

8.9.4- Encerrada a etapa de lances o pregoeiro analisará e julgará os documentos de habilitação do licitante vencedor que poderá ser inabilitado imediatamente ou habilitado.

8.9.5- O pregoeiro então irá declarar o licitante vencedor e habilitado e o convocará a apresentar a proposta de preços final consolidada, sendo o concedido o prazo máximo de 02 (duas) horas, para apresentação de PROPOSTA DE PREÇOS FINAL via e-mail do pregoeiro indicado na primeira folha deste edital.

8.9.5.1- Será desclassificado ainda o licitante, que:

8.9.5.1.1- Não informar em campo próprio no sistema eletrônico os dados proponentes (proposta), tais como, valor unitário, valor total, especificações, marca quando for o caso;

8.9.5.1.2- Quando informar em campo próprio no sistema eletrônico os dados proponentes (proposta), porém não anexar a proposta de preços eletrônica, ou se a mesma tiver divergência da proposta informada (proponente) no sistema;

8.9.5.1.3- Quando informar em campo próprio no sistema eletrônico os dados proponentes (proposta), anexar a proposta de preços eletrônica, porém não fazer o envio via email e/ou original conforme item 7.3.1 do edital;

8.9.5.2- Será inabilitado ainda o licitante, que:

8.9.5.2.1- Não anexar os documentos de habilitação no sistema eletrônico em campo próprio para tal finalidade;

8.9.6- Todos os documentos de habilitação exigidos nesse processo deverão ser apresentados, através do sistema da plataforma eletrônica, em original ou cópia autenticada, mesmo os documentos digitalizados, que devem retratar fielmente a condição do documento original ou autenticado. Caso o licitante contrarie ou deixe de apresentar qualquer uma dessas exigências, o mesmo será inabilitado.



9.0 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS:

9.1 – O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às cooperativas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

9.1.1 – Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

9.1.1.1 - O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

9.1.2 – Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

9.1.2.1 – Considera-se empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

9.1.2.2 – Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma dos itens 8.0 e 8.1 deste edital.

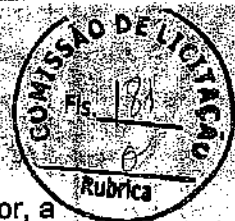
9.1.3 – Caso ocorra a situação de empate descrita no item 9.1.2.1, o pregoeiro convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o lote/ítem no prazo de cinco minutos.

9.1.3.1 – Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 9.1.2.1 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

9.1.3.2 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que primeiro apresentar lance inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa será considerada arrematante pelo pregoeiro, que encerrará a disputa do lote/ítem na sala virtual, passando a correr o prazo de **até 02 (dois) dias úteis** para apresentação da documentação de habilitação e da proposta de preços, conforme item 7.3.1 deste edital.

9.1.3.3 – O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

9.1.4 – Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, seja desclassificada pelo pregoeiro, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.



9.1.4.1 – Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, observado o previsto no item 9.1.2.2.

9.1.4.2 – No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, o pregoeiro o fará através do "chat de mensagens".

9.1.4.3 – A partir da convocação de que trata o item 9.1.3, a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, terá 5 (cinco) minutos para oferecer proposta inferior à então mais bem classificada, através do "chat de mensagens", sob pena de preclusão de seu direito.

9.1.1.4 – Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa exercite o seu direito de apresentar proposta inferior a mais bem classificada, terá, a partir da apresentação desta no "chat de mensagens", o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para encaminhar a documentação de habilitação, conforme item 9.1.6 deste edital.

9.1.5 – O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

9.1.6 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

9.1 – A manifestação da intenção de recorrer deve ser formalizada em campo específico do sistema de licitações (sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br).

9.1.1 – O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes classificados e desclassificados.

9.1.2 - Proferida a decisão que declarar o(s) vencedor(es), o(a) Pregoeiro(a) informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, com registro da síntese das suas razões em campo próprio do sistema, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema, dentro do prazo de até 30 (trinta) minutos. Ficando os demais licitantes desde logo intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.1.3 – O licitante terá 03 (três) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à manifestação da intenção de recurso, para protocolar, no endereço constante no preâmbulo do edital, a peça recursal original acompanhada do contrato social ou do instrumento de procuração que conceda poderes de representação da empresa nesta licitação. Os demais licitantes ficarão, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Cópia da peça recursal original, bem como contrarrazões e demais documentos poderão ser inseridos no campo próprio (upload) do sistema de licitações (sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br), se for o caso, ou encaminhadas no e-mail licitacaoboaviagem@gmail.com.

9.1.4 - Na hipótese de encaminhamento tempestivo da peça recursal ou das contrarrazões de recurso através de serviço de postagem, obrigatoriamente do tipo SEDEX ou outro método de entrega rápida equivalente, e, por qualquer motivo, os referidos documentos não sejam protocolados neste Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Boa Viagem/CE no prazo



estabelecido no item 9.1.3, o pregoeiro somente conhecerá o recurso ou as contrarrazões de recurso se o licitante tiver encaminhado os referidos documentos, acompanhados do contrato social ou do instrumento de procuração, no mesmo prazo, para o endereço de e-mail do pregoeiro indicado na primeira folha deste edital ou por meio eletrônico em campo próprio do sistema eletrônico (sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br).

9.1.4.1 - O conhecimento do recurso ou das contrarrazões de recurso na forma descrita no item anterior está condicionada ao protocolo, ainda que posterior, dos documentos originais, consoante disposto no item 9.1.3.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada importará decadência do direito de recurso.

9.3 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

9.4 - Os recursos e contrarrazões de recurso de qualquer natureza devem ser endereçados ao Pregoeiro e protocolados junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Boa Viagem/CE, em dias úteis, no horário de 08 às 12 horas no qual deverá receber, examinar e submetê-los à autoridade competente que decidirá sobre sua pertinência. O recurso e contrarrazões devem fazer menção ao número do Pregão Eletrônico, número do processo e do órgão solicitante da licitação, de forma presencial ou via correio eletrônico no e-mail: licitacaoboaviagem@gmail.com.

9.5 - O recurso contra decisão do pregoeiro somente tem efeito suspensivo em relação ao(s) lote(s)/item(ns) objeto da contestação.

9.6 - O acolhimento do recurso importa a invalidação apenas dos atos suscetíveis de aproveitamento.

10.0 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

10.1 - Em caso de recurso, caberá Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.

10.2 - Nos demais casos, o pregoeiro fará a adjudicação do(s) lote(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es).

10.3 - A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

11.0 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

11.1- Executar o objeto do Contrato, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

11.2 - Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

11.3 -Utilizar profissionais devidamente habilitados, substituindo-os nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

11.4 - Facilitar a ação da fiscalização na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo(a) CONTRATANTE;



11.5 - Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que ao (à) CONTRATADO(a) não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do(a) CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;

11.6 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pelo (a) CONTRATANTE;

11.7- Arcar com eventuais prejuízos causados ao(à) CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual, inclusive, respondendo pecuniariamente;

11.8- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência do(a) CONTRATADO(A), com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Boa Viagem/CE.

11.9 - Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do contrato;

11.10 - Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

12.0 - DAS CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E VIGÊNCIA

12.1- Após a homologação do resultado da presente licitação será lavrada Ata de Registro de Preços e convocada(s) a(s) vencedora(s) para sua(s) assinatura(s) no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sua convocação.

12.2- Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

- a) será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;
- b) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado na imprensa oficial do município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;
- c) a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;

12.3- O registro a que se refere o item 12.2 acima tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses em que tal situação possa ocorrer.

12.4- Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

- a) os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;
- b) os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.



12.5- Se houver mais de um licitante na situação de que trata a alínea "b" do item 12.4 acima, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

12.6- O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa vencedora durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito Pelo Gabinete do Prefeito.

12.7- O não cumprimento do disposto no item anterior sujeitará a empresa vencedora ao disposto nos artigos 64 e 81 da Lei nº 8.666/93 e ao pagamento de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor a ser registrado na Ata de Registro de Preços.

12.8- O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12(doze) meses a contar da data da sua assinatura.

12.9- A licitante que injustificadamente não apresentar documentação exigida para o certame, apresentar declaração falsa, não assinar a Ata de Registro de Preços, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajustado, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.0 - DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada Pelo Gabinete do Prefeito, na condição de órgão gerenciador e pelas demais Unidades Administrativas, ambas, da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, na condição de órgãos participantes, e por qualquer outro órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.2- Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar o seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, que indicará as possíveis licitantes e respectivos preços registrados.

13.3- Caberá a empresa adjudicatária beneficiária da Ata de Registro de Preços, observada as condições nela estabelecidas, optar ou não pelo fornecimento dos serviços, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.4- As aquisições adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13.5- O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

13.6- A existência de preços registrados não obriga aos órgãos ou entidades Participantes, a adquirir o objeto licitado, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



13.6- Na hipótese de ocorrência da situação a que se refere o **item 12.7**, serão convocados os licitantes remanescentes, obedecida a ordem classificatória prevista nos **itens 12.4 e 12.5** acima, ocasião na qual o Pregoeiro avaliará a aceitabilidade da oferta e a documentação dos convocados, podendo, ainda, negociar diretamente com estes para obtenção de preço melhor.

14.0 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DELA DECORRENTES

14.1- Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata de registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem promover as necessárias negociações junto as licitantes.

14.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem convocará a licitante visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

14.4- Frustrada a negociação, a licitante será liberada do compromisso assumido e o órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem convocará as demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

14.5- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a licitante não puder cumprir o compromisso, deverá apresentar ao órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem requerimento com as devidas justificativas e comprovações acerca do assunto.

14.6- O órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, após análise do requerimento, poderá liberar a licitante do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso confirmada a veracidade justificativas e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

14.7- Ocorrendo a liberação da licitante conforme o item acima, o órgão gerenciador da ata de Registro de preços convocará as demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

14.8- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem procederá com a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de ajuste mais vantajoso.

14.9- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.10- A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.11- Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



14.12-O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

15.0 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1- O órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem poderá cancelar o registro de preços, sem prejuízo das sanções cabíveis:

15.1.1- Quando a Licitante:

- Não mantiver, ou deixar de comprovar que mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
- Não atender, ou atender parcialmente, os preços e as condições estipuladas;
- Reincidir em faltas no cumprimento das obrigações que decorrerem do Edital e da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se à revisão de preços proposta pelo Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, com o intuito de adequá-los aos praticados no mercado;
- Demonstrar, comprovadamente, a impossibilidade de atender às solicitações de fornecimento em razão dos preços registrados, pela indisponibilidade do bem no mercado, ou, ainda, em decorrência de caso fortuito ou força maior;

15.1.2- Quando o órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem:

- Verificar que os preços praticados no mercado são mais vantajosos no que se refere ao subitem 14.4 deste edital;
- Entender, motivadamente, conveniente e oportuno por razões de interesse público;
- Constatar fato impeditivo à manutenção dos preços registrados.

15.2- A licitante poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do ajustado, decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

16.0 - DA FISCALIZAÇÃO

16.1- A execução da Ata de Registro de Preços será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por intermédio do órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

16.2- A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

16.3- Quaisquer exigências de fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços deverão ser prontamente atendidas pelo licitante, sem qualquer ônus para o órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

17.0 - DA CONTRATAÇÃO

17.1- Durante o prazo de validade do registro de preços, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste Edital e nas determinações contidas na legislação pertinente.

17.2- Aplica-se às contratações de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.



17.3- Na hipótese de a licitante primeira classificada ter seu registro cancelado e/ou não firmar a contratação no prazo e condições estabelecidos, poderá ser firmada contratação com as demais licitantes, convocadas pela ordem crescente de suas classificações, até que uma delas demonstre interesse, desde que nas mesmas condições propostas pela primeira colocada e atendidas às especificações e prazos exigidos neste Edital.

17.4- A contratação resultante do objeto deste Edital reger-se-á, ainda, pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078, de 11.09.90

18.0 - DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

18.1- Entregar o objeto do Contrato, conforme a necessidade da Secretaria CONTRATANTE do município de Boa Viagem, em conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Edital, Termo de referência, Termo Contratual e na proposta vencedora do certame, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de serviços, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

18.2 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

18.3 - Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega serão dirigidos à Secretaria Contratante até 05 (cinco) dias corridos antes da data do término do prazo de entrega, explicitadas as razões e devidamente fundamentadas.

18.4 - Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pela Secretaria CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

19.0 - DO PAGAMENTO

19.1- O pagamento será efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o atesto do recebimento, diretamente Pela Secretaria Contratante da Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

19.1.1- Para fins de pagamento a empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao CRC ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

19.2- Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Secretaria contratante da Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

19.3- A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela Contratada, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

20.0 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1- Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:



- a) Ensejar retardamento da realização do certame.
- b) Cometer fraude fiscal.
- c) Deixar de apresentar documento exigido para participação no certame.
- d) Apresentar documento ou declaração falsa.
- e) Não mantiver a proposta de menor preço ofertado em qualquer fase do certame.
- f) Comportar-se de modo inidôneo.
- g) Cometer fraude na prestação dos serviços, e
- h) Descumprir prazos.

20.2- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CRC da Prefeitura Municipal de Boa Viagem e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

20.3- A contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, a advertências, suspensões e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das sanções legais na esfera cível e criminal, além de multas estipuladas na forma a seguir:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor homologado, em caso de recusa da licitante em assinar a Ata de Registro de Preços em 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua convocação.
- b) Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega dos serviços, sobre o valor global do contrato.
- c) Multa de 10 % (dez por cento) do valor residual do contrato, em caso de:
 - c.1) Atraso, superior a trinta dias na entrega dos serviços.
 - c.2) Desistência de entregar os serviços.

20.4- As multas previstas nas alíneas anteriores, não serão aplicadas de modo cumulativo.

20.5- O valor da multa aplicada será deduzido pela Secretária Contratante da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, por ocasião do pagamento, momento em que a unidade responsável pelo mesmo comunicará à CONTRATADA.

20.6 - As suspensões referentes aos direitos de licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas à CONTRATADA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos para a Administração.

20.7- A declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Boa Viagem será aplicada à CONTRATADA que der causa, por duas vezes, à suspensão prevista no item anterior.

20.8- As sanções previstas no item 21.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA que:

- a) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da Licitação.
- b) Demonstrar não possuir idoneidade para Contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.



20.9- A inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive a sua transferência total ou parcial a outra Empresa, sem prévio assentimento do Órgão/Entidade, enseja sua rescisão com as consequentes penalidades previstas legalmente e contratualmente.

20.10- Para aplicação das sanções previstas neste tópico a licitante será submetida a processo administrativo para apuração dos fatos, garantidos sempre os direitos prévios da citação, da ampla defesa e do contraditório, assegurados pela Constituição Federal de 1.988.

21.0 - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1- A inexecução parcial ou total do Contrato dará ensejo a sua rescisão, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores.

22.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

22.2- Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos devesse ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço constante do preâmbulo deste edital.

22.3- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.4- A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

22.5- Independentemente de declaração expressa, a simples participação neste certame implicará na aceitação plena das condições estipuladas no presente edital e submissão às normas nele contidas.

22.6- O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

22.7- É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

22.8- A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.9- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente ao público na Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

22.10- É vedado ao servidor dos órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, participar como licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, do presente processo licitatório;



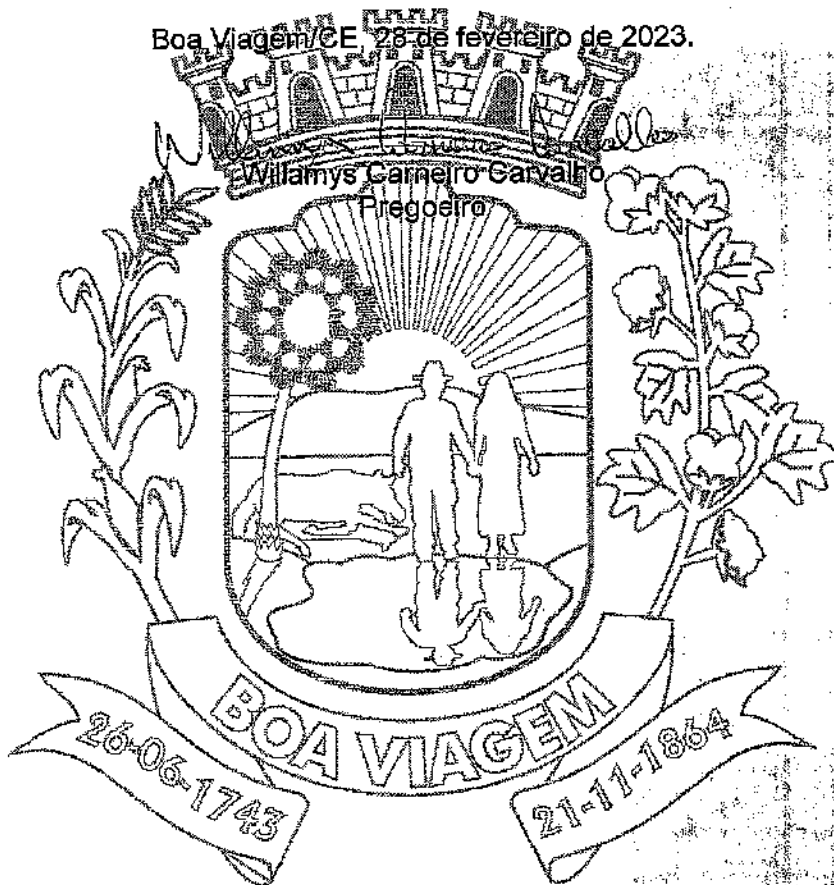
22.11- A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

22.12- Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei de Licitações nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, na Lei do Pregão nº 10.520, de 10 de julho de 2002 e no Decreto Municipal nº 108/2017, de 28 de Março de 2017.

23.0 - DO FORO

23.1- Fica eleito o foro da Comarca de Boa Viagem, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Boa Viagem/CE 28 de fevereiro de 2023.





ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD
1	COBERTURA, PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETIM DE 5 (CINCO) MINUTOS, ATRAVÉS DE EMISSORA DE RADIO AM E FM. ESPECIFICAÇÕES: O boletim será divulgado conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional, preferencialmente os boletins deverão ser divulgados em horário comercial e/ou horário de audiência radiofônica, no mínimo 03 (três) vezes por semana deverá ser disponibilizado no horário de meio dia para divulgação.	SERV	656
2	PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE SPOT DE NO MÍNIMO DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS, ATRAVÉS DE EMISSORAS DE RÁDIO - ESPECIFICAÇÕES: O spot será divulgado conforme a necessidade do contratante repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional.	SERV	2184
3	DIVULGAÇÃO EM MÍDIA DIGITAL (PORTAL DE NOTÍCIAS, FACEBOOK, INSTAGRAM, TWITTER E BLOGS) ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial e outros blogs, ao qual serão disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local, regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação só poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.	SERV/MÊS	192
4	DIVULGAÇÃO E COBERTURA DE AÇÕES, PROGRAMAS E EVENTOS EM MÍDIA DIGITAL E/OU IMPRESSAS EM JORNAIS - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual será disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da Contratante poderá a contratada sofrer	SERV/MÊS	192



	sanções administrativas, a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local, regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação so poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.		
5	DIVULGAÇÃO SONORA VOLANTE - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais (áudio), filmagens (áudio) e matérias (áudio) produzidos pela contratada. Será utilizado veículo atendendo a todas as exigências e normas do Código de Trânsito brasileiro e ao órgão competente, com motorista habilitado para o veículo, sendo a documentação do veículo bem como do motorista válidas e regulares, deverá ter som com potência de acordo com a legislação vigente, devendo ser emitido um alvará de funcionamento local, o percurso será definido de acordo com a necessidade da contratante, podendo ser realizado na zona urbana e rural, ou seja, em todo o território do Município.	HORA	1078
6	PRODUÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL - ESPECIFICAÇÕES: A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo: Uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo e designer.	SERV	189
7	FILMAGEM E FOTOS AÉREAS (DRONE OU OUTRO SIMILAR) ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A	SERV	155



	contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, editor de imagem e vídeo, designer, operador (piloto) de drone autorizado, drone devidamente autorizado.		
8	COBERTURA FOTOGRÁFICA - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção de foto, a contratada irá produzir a foto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer.	SERV/MÊS	192
9	SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO DE VÍDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) TEMPO REAL COM INTERFACE INTERATIVA - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Chroma Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção da live, a contratada irá produzir o roteiro e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o roteiro aprovado a contratada então realizará a transmissão ao vivo, a transmissão poderá ser realizado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora e de imagem boa. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.	SERV	81



10	<p>SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE LIVE ESPORTIVA DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Croma Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada com antecedência dos dias e horários dos jogos. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais: caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, narrador, comentarista, iluminador, editor de imagem e vídeo designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.</p>	SERV	160
----	---	------	-----

SENDO DIVIDO DA SEGUINTE FORMA POR UNIDADE ADMINISTRATIVA (GERENCIADOR E PARTICIPANTES):

ÓRGÃO GERENCIADOR:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	GAB
1	<p>COBERTURA, PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETIM DE 5 (CINCO) MINUTOS, ATRAVÉS DE EMISSORA DE RADIO AM E FM. ESPECIFICAÇÕES: O boletim será divulgado conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional, preferencialmente os boletins deverão ser divulgados em horário comercial e/ou horário de audiência radiofônica, no mínimo 03 (três) vezes por semana deverá ser disponibilizado o horário de meio dia para divulgação.</p>	SERV	76
2	<p>PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE SPOT DE NO MINIMO DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS, ATRAVES DE EMISSORAS DE RÁDIO - ESPECIFICAÇÕES: O spot será divulgado conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional.</p>	SERV	252



3	DIVULGAÇÃO EM MÍDIA DIGITAL (PORTAL DE NOTÍCIAS, FACEBOOK, INSTAGRAM, TWITTER E BLOGS) - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual serão disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas, a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local, regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação só poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.	SERV/MÊS	24
4	DIVULGAÇÃO E COBERTURA DE AÇÕES, PROGRAMAS E EVENTOS EM MÍDIA DIGITAL E/OU IMPRESSAS EM JORNAIS - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual será disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da Contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas, a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local, regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação só poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.	SERV/MÊS	24
5	DIVULGAÇÃO SONORA VOLANTE - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais (áudio), filmagens (áudio) e matérias (áudio) produzidos pela contratada. Será utilizado veículo atendendo a todas as exigências e normas do Código de Trânsito brasileiro e ao órgão competente, com motorista habilitado para o veículo, sendo a documentação do veículo bem como do motorista válidas e regulares, deverá ter som com potência de acordo com a legislação vigente, devendo ser emitido um alvará de funcionamento local, o percurso será definido de acordo com a necessidade da contratante, podendo ser realizado na zona urbana e rural, ou seja, em todo o território do Município.	HORA	126
6	PRODUÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL - ESPECIFICAÇÕES: A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado	SERV	21



	<p>pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo Uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo e designer.</p>		
7	<p>FILMAGEM E FOTOS AÉREAS (DRONE OU OUTRO SIMILAR) - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, editor de imagem e vídeo, designer, operador (piloto) de drone autorizado, drone devidamente autorizado.</p>	SERV	8
8	<p>COBERTURA FOTOGRAFICA - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção de foto, a contratada irá produzir a foto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo Uma equipe técnica</p>	SERV/MÊS	24



	<p>composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer.</p>		
<p>9</p>	<p>SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) TEMPO REAL COM INTERFACE INTERATIVA - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Croma Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção da live, a contratada irá produzir o roteiro e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o roteiro aprovado a contratada então realizará a transmissão ao vivo, a transmissão poderá ser realizado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora e de imagem boa. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.</p>	<p>SERV</p>	<p>8</p>
<p>10</p>	<p>SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE LIVE ESPORTIVA DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Croma Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada com antecedência dos dias e horários dos jogos. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, narrador, comentarista, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.</p>		<p>0</p>

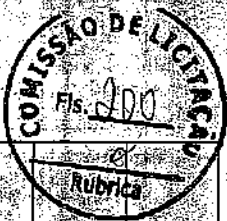


ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	EDUC	SAÚDE	SETAS	INFRA	MEIO AMB	CUL T	ESP
1	<p>COBERTURA, PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETIM DE 5 (CINCO) MINUTOS, ATRAVÉS DE EMISSORA DE RADIO AM E FM.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES: O boletim será divulgado conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional, preferencialmente os boletins deverão ser divulgados em horário comercial e/ou horário de audiência radiofônica, no mínimo 03 (três) vezes por semana, deverá ser disponibilizado o horário de meio dia para divulgação.</p>				84	98	50	76	76
2	<p>PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE SPOT DE NO MÍNIMO DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS, ATRAVÉS DE EMISSORAS DE RÁDIO.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES: O spot será divulgado conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional.</p>				252	308	252	252	252



3	<p>DIVULGAÇÃO EM MÍDIA DIGITAL (PORTAL DE NOTÍCIAS, FACEBOOK, INSTAGRAM, TWITTER E BLOGS) - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual serão disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas, a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação só poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.</p>	SERV/ MÊS	24	24	24	24	24	24	24
4	<p>DIVULGAÇÃO E COBERTURA DE AÇÕES, PROGRAMAS E EVENTOS EM MÍDIA DIGITAL E/OU IMPRESSAS EM JORNAIS - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual será disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da Contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas, a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local, regional e</p>	SERV/ MÊS	24	24	24	24	24	24	24



	estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação só poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.									
5	DIVULGAÇÃO SONORA VOLANTE - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais (áudio), filmagens (áudio) e matérias (áudio) produzidos pela contratada. Será utilizado veículo atendendo a todas as exigências e normas do Código de Trânsito brasileiro e ao órgão competente, com motorista habilitado para o veículo, sendo a documentação do veículo bem como do motorista válidas e regulares, deverá ter som com potência de acordo com a legislação vigente devendo ser emitido um alvará de funcionamento local, o percurso será definido de acordo com a necessidade da contratante, podendo ser realizado na zona urbana e rural, ou seja, em todo o território do Município.	HORA	168	168	126	168	70	126	126	
6	PRODUÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL - ESPECIFICAÇÕES: A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo Uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo e designer.	SERV	28	28	21	28	21	21	21	

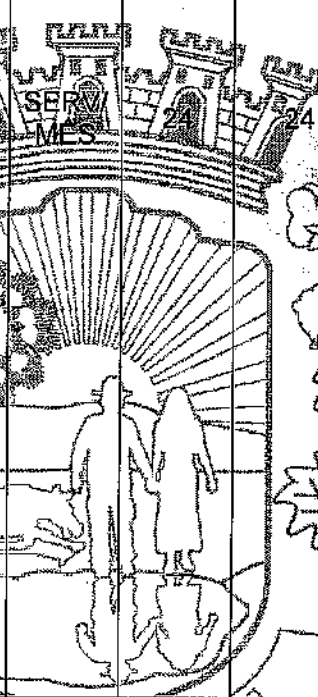


7	<p>FILMAGEM E FOTOS AÉREAS (DRONE OU OUTRO SIMILAR) - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, editor de imagem e vídeo, designer, operador (piloto) de drone autorizado, drone devidamente autorizado.</p>	SERV 21	17	8	42	8	17	34
---	---	---------	----	---	----	---	----	----



COBERTURA FOTOGRÁFICA - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção de foto, a contratada irá produzir a foto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e adições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo Uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer.

8



24 24 24 24 24





SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) TEMPO REAL COM INTERFACE INTERATIVA - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Cromo Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção da live a contratada irá produzir o roteiro e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o roteiro aprovado a contratada então realizará a transmissão ao vivo, a transmissão poderá ser realizada em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora e de imagem boa. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade, eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.

9

SERV

17

17

8

11

6

8

8

VIAGEM

21-11-1864



10	<p>SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE LIVE ESPORTIVA DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Cromo Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada com antecedência dos dias e horários dos jogos. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, narrador, comentarista, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.</p>	SERV	0	0	0	0	0	0	160
----	--	------	---	---	---	---	---	---	-----

ESPECIFICAÇÕES/TERMO DE REFERÊNCIA

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e, subsidiariamente, à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto Federal nº 10.024/19, de 20 de setembro de 2019.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE COBERTURA, PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETIM, PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE SPOT, DIVULGAÇÃO EM MÍDIA E IMPRESSA, DIVULGAÇÃO SONORA VOLANTE, PRODUÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL, FILMAGEM E FOTOS AÉREAS, COBERTURA FOTOGRÁFICA E SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO DE MATÉRIAS.



ASSUNTOS E CONTEÚDOS INSTITUCIONAIS DE INTERESSE DO GABINETE DO PREFEITO E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS PARTICIPANTES/INTERESSADAS DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.

UNIDADE(S) REQUISITANTE(S)

Gabinete do Prefeito, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Trabalho e Assistência Social, Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos, Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer e Secretaria de Esporte e Juventude.

JUSTIFICATIVA:

As ações e projetos da Prefeitura Municipal de Boa Viagem/CE focam o desenvolvimento de processos de transmissão de conhecimentos, valores, habilidades e experiências para tornar os indivíduos aptos a agir, a exercer sua cidadania, a resolver e a procurar soluções para problemas do cotidiano atuais e futuros. Os atos administrativos, ações, campanhas e outros devem ser publicizados, amplamente divulgados e de preferência com um teor mesclado entre o informal e formal atendendo assim uma grande gama de pessoas, ou seja, ao mais variado público, tudo isso com fomento na promoção e divulgação das ações, tais como campanhas de saúde, informativos sociais, atos administrativos, dentre outros inerentes.

SERVIÇOS:

01 - COBERTURA, PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETIM DE 5 (CINCO) MINUTOS, ATRAVÉS DE EMISSORA DE RADIO AM E FM. ESPECIFICAÇÕES: O boletim será divulgado conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional, preferencialmente os boletins deverão ser divulgados em horário comercial e/ou horário de audiência radiofônica, no mínimo 03 (três) vezes por semana deverá ser disponibilizado o horário de meio dia para divulgação.

02 - PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE SPOT DE NO MÍNIMO DE 30 (TRÍNTA) SEGUNDOS, ATRAVES DE EMISSORAS DE RADIO - ESPECIFICAÇÕES: O spot será divulgado conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional.

03 - DIVULGAÇÃO EM MIDIA DIGITAL (PORTAL DE NOTICIAS, FACEBOOK, INSTAGRAM, TWITTER E BLOGS) - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual serão disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas, a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local, regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação só poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.



04 - DIVULGAÇÃO E COBERTURA DE AÇÕES, PROGRAMAS E EVENTOS EM MÍDIA DIGITAL E/OU IMPRESSAS EM JORNAIS - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual será disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da Contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas, a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local, regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação so poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.

05 - DIVULGAÇÃO SONORA VOLANTE - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais (áudio), filmagens (áudio) e matérias (áudio) produzidos pela contratada. Será utilizado veículo atendendo a todas as exigências e normas do Código de Trânsito brasileiro e ao órgão competente, com motorista habilitado para o veículo, sendo a documentação do veículo bem como do motorista válidas e regulares, deverá ter soma com potência de acordo com a legislação vigente, devendo ser emitido um alvará de funcionamento local, o percurso será definido de acordo com a necessidade da contratante, podendo ser realizado na zona urbana e rural, ou seja, em todo o território do Município.

06 - PRODUÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL - ESPECIFICAÇÕES: A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, reporter, iluminador, editor de imagem e vídeo e designer.

07 - FILMAGEM E FOTOS AÉREAS (DRONE OU OUTRO SIMILAR) - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, editor de imagem e vídeo, designer, operador (piloto) de drone autorizado, drone devidamente autorizado.

08 - COBERTURA FOTOGRÁFICA - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A



contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção de foto, a contratada irá produzir a foto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer.

09 - SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) TEMPO REAL COM INTERFACE INTERATIVA - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Chroma Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção da live, a contratada irá produzir o roteiro e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o roteiro aprovado a contratada então realizará a transmissão ao vivo, a transmissão poderá ser realizado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora e de imagem boa. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.

10 - SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE LIVE ESPORTIVA DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Chroma Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada com antecedência dos dias e horários dos jogos. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo Uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, narrador, comentarista, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.

A contratada deverá fazer visita técnica inicial em até 05 (cinco) dias úteis na sede da contratante, para reunião sobre os trabalhos a serem executados inicialmente. A visita técnica deverá ser agendada no Gabinete do Prefeito, através do e-mail: pmbv_oficial@boaviagem.ce.gov.br ou telefones: (88) 3427.7001 - 9 8168.1714 ou



presencialmente na Praça Monsenhor José Cândido, 100 - Centro - Boa Viagem/CE no horário de 08 às 12 e 14 às 18 horas de segunda a quinta e 08 às 14 horas na sexta-feira, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil.

A contratada obriga-se a:

Designar pessoa de sua equipe para fazer o elo com a contratante;
Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso;

Assumir todas as responsabilidades e tomar todas as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

Cumprir os postulados legais de contratação de mão de obra, vigentes em âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas da Contratante;

Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;

Assegurar que todos os seus empregados que cometerem falta disciplinar não serão mantidos nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da Contratante;

Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

Apresentar imediatamente, quando solicitado, os comprovantes de pagamentos de salários, benefícios e encargos sociais e ou fiscais;

Manter seus empregados regularmente registrados, segundo as normas de Consolidação das Leis do Trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes dessas relações de emprego, arcando com todas as despesas referentes aos empregados, inclusive férias, folgas, vale transporte, substituições, dissídios coletivos, refeições, etc. Tudo conforme as exigências legais, não havendo repasse de qualquer ônus à Contratante. A Contratada será ainda responsável por todas as despesas com transporte e alimentação de seus funcionários;

Fornecer a todos os seus empregados os benefícios previstos em acordo ou dissídio coletivo da categoria envolvida;

A Contratada deverá prestar todo e qualquer esclarecimento solicitado pela contratante, garantindo-lhe, inclusive, o acesso a documentos relativos aos serviços executados ou em execução;

A Contratada deverá dar pronto atendimento às reclamações e/ou observações feitas pela contratante, refazendo e retificando as suas expensas os serviços que não estejam dando resultados satisfatórios;

Executar os serviços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da ordem de serviço, outro prazo desde que expressamente autorizado pela contratante, ou seja, com anuência.

Manter sigilo quanto aos documentos disponibilizados pela Contratada.

Os serviços em cada uma das etapas serão recebidos provisoriamente, em até 5 (cinco) dias úteis, contado da data de recepção pelo contratante da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços, considerando-se o cronograma e entrega de cada etapa do trabalho.

Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, o contratado deverá refazê-lo no prazo fixado pela contratante, observando as condições estabelecidas para a prestação.

Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo firmado pelo servidor responsável.

DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

O prazo para entrega dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis, mediante ordem de serviço, em caso de atraso, este prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa do contratado e anuência da contratante, devendo a solicitação ser feita imediatamente no dia útil posterior ao vencimento do prazo inicial, todos os atos serão poderão ensejar as penalidades cabíveis. O local de entrega dos serviços é na Assessoria de Comunicação - Endereço Praça Monsenhor José Cândido, 100 - Centro - Boa Viagem/CE, de segunda a quinta-feira das 08:00 hs às 12:00 hs e 14:00 hs às 18:00 hs e na sexta-feira das 08:00 hs às 12:00 hs, e em dias úteis, observado a prestação de serviços externa.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhadas do item, quantidade solicitada, valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam, direta ou indiretamente, sobre os serviços, mesmo que não estejam contidos nestes documentos;

A licitante deverá garantir a execução dos serviços, sob pena de, constatada alguma imperfeição, ser submetida às penalidades da Lei, além do registro de falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

A Unidade Gestora poderá se valer da análise técnica dos serviços propostos, antes da adjudicação e homologação da licitante, para verificação do atendimento das especificações mínimas dos serviços constantes no Termo de Referência.

DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

O prazo de vigência da ATA de Registro de Preços será 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura.

DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

Para a execução dos serviços serão emitidas **ORDENS DE SERVIÇOS**, em conformidade com a proposta vencedora.

O Contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro do ano corrente à sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério das partes, na forma do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

A realização dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor da(s) Secretaria(s), o(s) qual(is) deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta prestação dos serviços para fins de pagamento.



A presença da fiscalização da(s) Secretaria(s) não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição dos serviços eventualmente fora de especificação.

A execução dos serviços licitados poderá ser feita de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas **ORDENS DE SERVIÇOS**, pela(s) Secretaria(s) Gestora(s), constando a quantidade de serviços a serem realizados.

RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:

São obrigações do fornecedor:

a) executar a realização dos serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório neste termo, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;

c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

f) aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) máximas do(s) objeto(os) no Anexo II ou do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Município;

g) entregar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;

h) comunicar antecipadamente a data e horário da realização dos serviços, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.



i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante a realização dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

l) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

m) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

n) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

o) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis da recusa, no todo ou em parte, o objeto recusado pela administração, caso constatadas divergências nas especificações, as normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado, ou, quando for o caso, da amostra, com os serviços entregues, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

p) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata;

q) manter seus empregados quando nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados com crachá assinado pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;

r) manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado quando dos pagamentos à CONTRATADA;

São responsabilidades do Fornecedor ainda:

a) toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

b) toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do fornecimento, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

O fornecedor detentor do registro autoriza o MUNICÍPIO a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe



forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial assegurada a prévia defesa.

A ausência ou omissão da fiscalização do MUNICÍPIO não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.

A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

Indicar o local em que deverão ser realizados os serviços.

Permitir ao pessoal da contratada ~~acesso ao~~ local do serviço desde que observadas as normas de segurança.

Efetuar os pagamentos devidos ~~nas condições estabelecidas~~ neste Termo de Referência.

Designar servidor para a vistoria e fiscalização do serviço.

A comunicação imediata à CONTRATANTE quanto a possíveis dificuldades na execução do contrato;

A prestação de informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto ou que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;

Os pagamentos à CONTRATADA conforme previsto neste termo, após o cumprimento das formalidades legais;

O recebimento do objeto contratado, atestando-o ou rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas neste Termo;

A comunicação por escrito e tempestiva à Contratada referente a qualquer alteração ou irregularidade na execução deste contrato;

A solicitação de esclarecimento, correção e solução de incoerências, falhas ou eventuais omissões constatadas em seus trabalhos, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, independente da responsabilidade, mesmo após a conclusão das etapas e do encerramento do contrato e que forem julgadas como necessárias à conclusão do processo de desapropriação e indenização;

Os esclarecimentos de condições excepcionais alheias a este termo;

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de Cheque nominal, acompanhado da Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato e das Certidões Federais, Estaduais e Municipais

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PREFEITURA DE BOA VIAGEM

CNPJ N° 07.963.515/0001-36 | CGF N° 06.920.307-5

Praça Monsenhor José Cândido, 100 | Centro | Boa Viagem/CE | CEP 63.870-000

Tel.: 88 3427-7001 | E-mail: pmbv_oficial@boaviagem.ce.gov.br | Site: www.boaviagem.ce.gov.br



A despesa ocorrerá à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes à(s) Secretaria(s) Contratante(s).

GESTOR DO CONTRATO:

A Gestão do Contrato será exercida pelo Secretário (a) da respectiva Pasta ou quem este designar, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES:

Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto às unidades da Bolsa Brasileira de Mercadorias, sediadas no País.

Os procedimentos para credenciamento, para obtenção de chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no Sistema de Licitações no endereço www.bbmnetlicitacoes.com.br, acesso "licitantes".

As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no Sistema Eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, chat, e-mail ou mensagens de texto, disponível no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br

A chave de identificação e a senha terão validade de acordo com as normas e procedimentos previstos no Regulamento do sistema eletrônico BBMNet Licitações e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Brasileira de Mercadorias, por ato devidamente justificado.

As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante o Termo de Adesão, conforme regulamento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no "BBMNet Licitações".

Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Boa Viagem/CE ou à Bolsa Brasileira de Mercadorias a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO:

A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no site www.bbmnetlicitacoes.com.br, opção "Login", observando data e horário limite estabelecidos.



As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos para a abertura das propostas, conforme indicação na primeira página deste edital.

Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes na opção "consultar mensagens" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o Pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

O andamento do procedimento de licitação, entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado diariamente pelos participantes por meio do portal "www.bbmnetlicitacoes.com.br", que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

A proposta de preços deverá ser registrada no sistema eletrônico onde se fará a sessão de licitação, sem a identificação do fornecedor, caracterizando o produto proposto no campo discriminado, contemplando os itens propostos conforme termo de referência e sendo anexada o arquivo da proposta de preços para o item, sendo o aceite o mesmo arquivo para os demais itens desde que contemple todos os itens de interesse do proponente.

O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

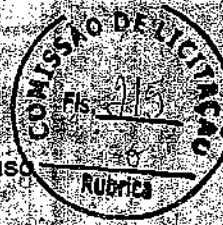
As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

Os serviços ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR TOTAL** do lote **OU VALOR UNITÁRIO**.

Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, o licitante deverá preencher as informações do item 10.2 no campo "**FICHA TÉCNICA**" ou anexá-las por meio de arquivo eletrônico no campo apropriado do sistema da Bolsa Brasileira de



Mercadorias, sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio. E quando for o caso informar se a empresa é ME/EPP.

Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

As propostas de preços deverão ainda conter:

Marca do produto no sistema, quando for o caso e ainda na proposta eletrônica em anexo ao sítio eletrônico conforme anexo II do edital, quando for o caso;

Preço unitário e total propostos, cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, já consideradas, no mesmo, todas as despesas, inclusive tributos, taxas, contribuições e demais encargos incidentes direta e indiretamente no objeto deste Edital;

Planilha de Preços, contendo preços unitários e totais de todos os itens constantes do **ANEXO I - especificações dos serviços**

Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

O valor global de cada ITEM/LOTE deverá ser cotado em algarismos, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais e por extenso. Ocorrendo divergência entre os valores propostos, prevalecerão os descritos por extenso e, no caso de incompatibilidade entre os valores unitário e total, prevalecerão os valores unitários.

PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA)

Ao final da sessão o licitante declarado vencedor deverá apresentar proposta de preços final (consolidada) quando for solicitado pelo pregoeiro no chat do sistema, conforme o item 7.0 do edital, no prazo máximo de 02 (duas) horas, via e-mail do pregoeiro indicado na primeira folha deste edital.

As propostas de preços final (consolidada) deverá ainda conter:

A razão social, local da sede e o número de inscrição no CNPJ da licitante;

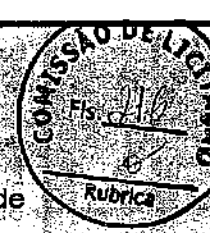
Assinatura do Representante Legal;

Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das mesmas;

A marca dos produtos e/ou fabricante, nos casos em que couber, compatíveis com o informado no sistema eletrônico e na proposta inicial em anexo ao sistema;

Preço unitário e total propostos, cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, já consideradas, no mesmo, todas as despesas, inclusive tributos, taxas, contribuições e demais encargos incidentes direta e indiretamente no objeto deste Edital;

Planilha de Preços, contendo preços unitários e totais de todos os itens constantes do **ANEXO I - especificações dos serviços**.



Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

O valor global de cada ITEM/LOTE deverá ser cotado em algarismos, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais e por extenso. Ocorrendo divergência entre os valores propostos, prevalecerão os descritos por extenso e, no caso de incompatibilidade entre os valores unitário e total, prevalecerão os valores unitários.

DA HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA:

Cédula de identidade do responsável legal ou signatário da proposta.

Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Observado que o aditivo consolidado atende as outras alterações anteriores, portanto, sendo suficiente.

PROVA DE INSCRIÇÃO NA:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (ISS);

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

a) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, emitida nos moldes da Portaria Conjunta RFB/REB nº 11/51, de 02.10.2014.

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação - CRS;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do assinante, comprovando que a licitante forneceu ou esteja fornecendo serviços compatíveis em características com o objeto desta licitação desta licitação.



Havendo dúvida acerca da veracidade do documento, o(a) Pregoeiro(a); poderá promover diligência junto a empresa, a fim de comprovar a veracidade do Atestado de Capacidade Técnica em questão, solicitando apresentação de Contrato(s) e Nota(s) Fiscal(is) do referido atestado.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da PROPONENTE, Justiça Ordinária;

Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com termos de abertura e encerramento do Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial de origem que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

As empresas optantes pelo regime de tributação sobre o lucro real presumido, através da escrituração digital SPED (ECON) conforme dispõe o art. 3º da Instrução Normativa nº 1.594 de 01 de dezembro de 2015, da Receita Federal do Brasil, fica exigida a apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, até o último dia útil do mês de maio do corrente ano.

As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicada na Imprensa Oficial, de acordo com a legislação pertinente.

O Microempresendedor Individual (MEI) que no ano calendário anterior não tenha auferido receita bruta de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) está dispensado da apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social na forma do item anterior, conforme art. 1.179 §2º do Código Civil e artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, entretanto deverá apresentar a DASN SIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional - Microempresendedor Individual).

OUTRAS EXIGÊNCIAS:

Declaração expressa de que atende ao disposto no Art. 7º Inciso XXXIII da CF/88, conforme modelo do Anexo III.

Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda por meio de cópia simples, a ser autenticada por servidor habilitado da Prefeitura Municipal de Boa Viagem/CE, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 180 dias.

O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.



A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, § 2º do Art. 7º do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

DAS SANÇÕES

O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de assinar a Ordem de serviço ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Boa Viagem/CE e será descredenciado no Cadastro do Município de Boa Viagem/CE pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado no caso de:

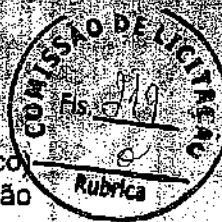
- a) Recusar em assinar o contrato;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não manter a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo.

multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da ordem de serviço no endereço constante do cadastro, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução dos serviços;

multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço requisitado;

Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da execução do contrato, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

- a) advertência;
- b) multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo do contrato, conforme o caso;



O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

O fornecedor poderá ter seu contrato cancelado quando:

descumprir as condições do contrato;
não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
não aceitar reduzir o seu preço na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

tiver presentes razões de interesse público

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

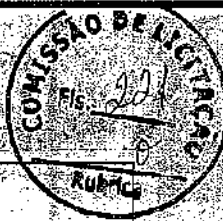
- a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;
- b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Boa Viagem/CE e descredenciamento no Cadastro do Município de Boa Viagem/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

VALORES ESTIMADOS DE REFERÊNCIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	UNIT	TOTAL
1	<p>COBERTURA E PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETIM DE 5 (CINCO) MINUTOS, ATRAVÉS DE EMISSORA DE RADIO AM E FM.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES: O boletim será divulgado conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional, preferencialmente os boletins deverão ser divulgados em horário comercial e/ou horário de audiência radiofônica, no mínimo 03 (três) vezes por semana</p>	SERV	656	R\$ 180,00	R\$ 118.080,00



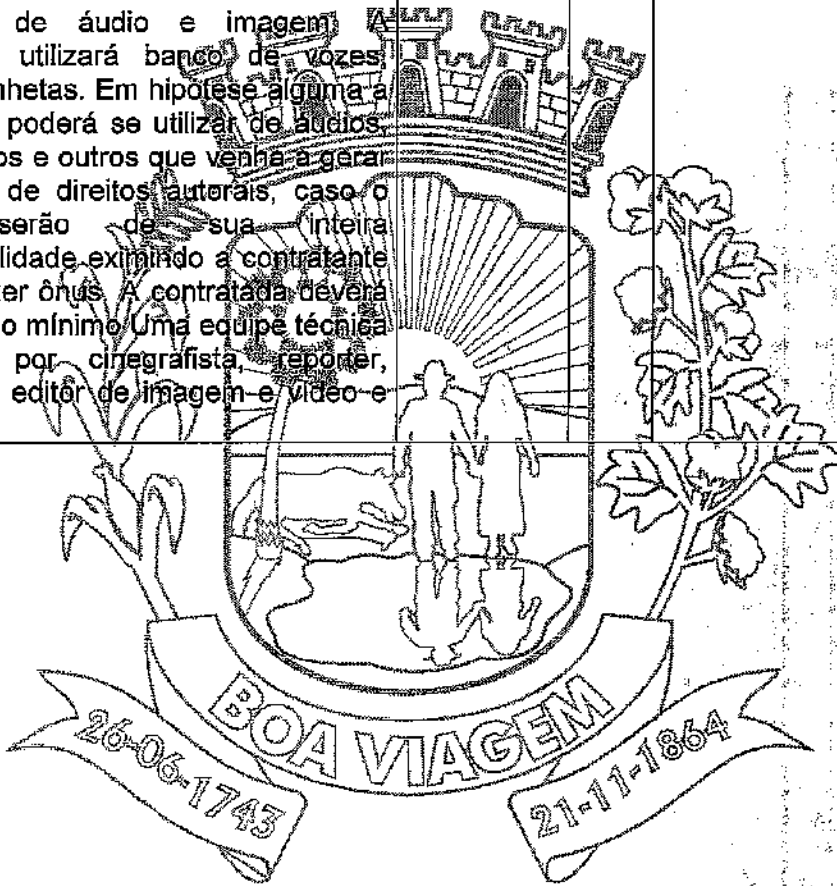
	deverá ser disponibilizado o horário de meio dia para divulgação.					
2	PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE SPOT DE NO MÍNIMO DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS, ATRAVES DE EMISSORAS DE RÁDIO - ESPECIFICAÇÕES: O spot será divulgado conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional.	SERV	2184	R\$ 85,00	R\$ 185.640,00	
3	DIVULGAÇÃO EM MÍDIA DIGITAL (PORTAL DE NOTÍCIAS, FACEBOOK, INSTAGRAM, TWITTER E BLOGS) ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual serão disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local, regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação só poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.	SERV MÊS	192	R\$ 1.350,00	R\$ 259.200,00	

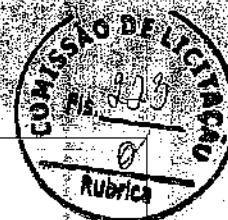


4	<p>DIVULGAÇÃO E COBERTURA DE AÇÕES, PROGRAMAS E EVENTOS EM MÍDIA DIGITAL E/OU IMPRESSAS EM JORNAIS - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual será disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da Contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas, a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local, regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação, só poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.</p>	SERV/MÊS	192	R\$ 1.350,00	R\$ 259.200,00
5	<p>DIVULGAÇÃO SONORA VOLANTE - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais (áudio), filmagens (áudio) e matérias (áudio) produzidos pela contratada. Será utilizado veículo atendendo a todas as exigências e normas do Código de Trânsito Brasileiro e ao órgão competente, com motorista habilitado para o veículo, sendo a documentação do veículo bem como do motorista válidas e regulares, deverá ter som com potência de acordo com a legislação vigente, devendo ser emitido um alvará de funcionamento local, o percurso será definido de acordo com a necessidade da contratante, podendo ser realizado na zona urbana e rural, ou seja, em todo o território do Município.</p>	HORA	1078	R\$ 103,33	R\$ 111.389,74



6	<p>PRODUÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL - ESPECIFICAÇÕES: A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade extirpado a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo e designer.</p>	SERV	189	R\$ 300,00	R\$ 56.700,00
---	--	------	-----	------------	---------------





FILMAGEM E FOTOS AÉREAS (DRONE OU OUTRO SIMILAR) -

ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, editor de imagem e vídeo, designer, operador (piloto) de drone autorizado, drone devidamente autorizado.

7

SERV 155 R\$ 386,67 R\$ 59.933,85





8	<p>COBERTURA FOTOGRÁFICA -</p> <p>Especificações: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção de foto, a contratada irá produzir a foto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer.</p>	SERV MÊS 192	R\$ 186,67	R\$ 35.840,64	
---	---	--------------	------------	---------------	--



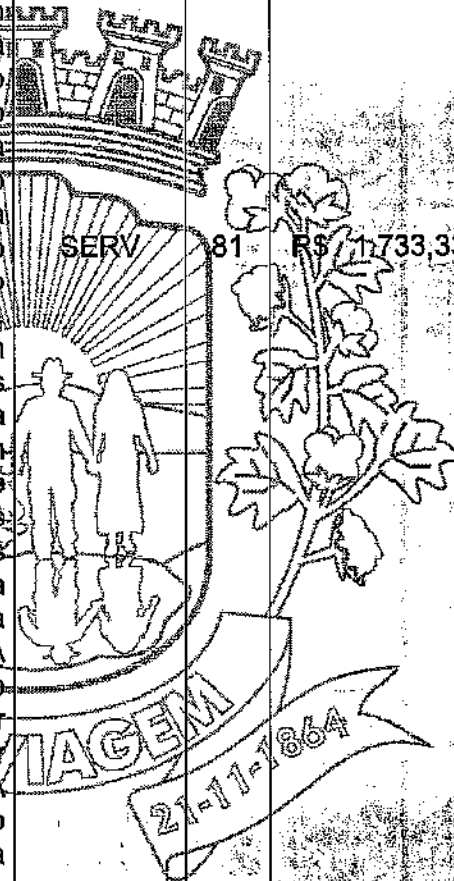


SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) TEMPO REAL COM INTERFACE INTERATIVA -

Especificações: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Cromo Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção da live, a contratada irá produzir o roteiro e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o roteiro aprovado a contratada então realizará a transmissão ao vivo, a transmissão poderá ser realizado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora e de imagem boa. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.

9

SERV 81 R\$ 1.733,33 R\$ 140.399,73





10	<p>SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE LIVE ESPORTIVA DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING)</p> <p>ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Cromo Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada com antecedência dos dias e horários dos jogos. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, narrador, comentarista, iluminador, editor de imagem e vídeo designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.</p>	SERV 160	R\$ 2.433,33	R\$ 389.332,80
				R\$ 1.615.716,76





MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - ELETRÔNICA

Conforme sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias no sítio eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br (Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET)

Local de Data

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
BOA VIAGEM/CE

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa proposta de preços, conforme planilha abaixo, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 2023.02/27.001, cujo objeto é a Registro de Preços para futuras e eventuais prestações de serviços de cobertura, produção e divulgação de boletim, produção e divulgação de spot, divulgação em rádio e impressa, divulgação sonora volante, produção de vídeo institucional, filmagem e fotos aéreas, cobertura fotográfica e serviço de transmissão ao vivo de matérias, assuntos e conteúdos institucionais de interesse do Gabinete do Prefeito e demais Unidades Administrativas participantes/interessadas do Município de Boa Viagem/CE, conforme especificações em anexo, parte integrante deste processo.

Nesta oportunidade, temos a declarar, sob as penas da Lei, que tomamos pleno conhecimento do objeto desta licitação; que não possuímos nenhum fato impeditivo para participação deste certame e que nos submetemos a todas as cláusulas e condições previstas neste edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	UNIT	TOTAL
1	COBERTURA, PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETIM DE 5 (CINCO) MINUTOS, ATRAVÉS DE EMISSORA DE RADIO AM E FM. ESPECIFICAÇÕES: O boletim será divulgado conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional, preferencialmente os boletins deverão ser divulgados em horário comercial e/ou horário de audiência radiofônica, no mínimo 03 (três) vezes por semana deverá ser disponibilizado o horário de meio dia para divulgação.	SERV	656	R\$ -	R\$ -
2	PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE SPOT DE NO MÍNIMO DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS, ATRAVES DE EMISSORAS DE RÁDIO - ESPECIFICAÇÕES: O spot será divulgado	SERV	2184	R\$ -	R\$ -



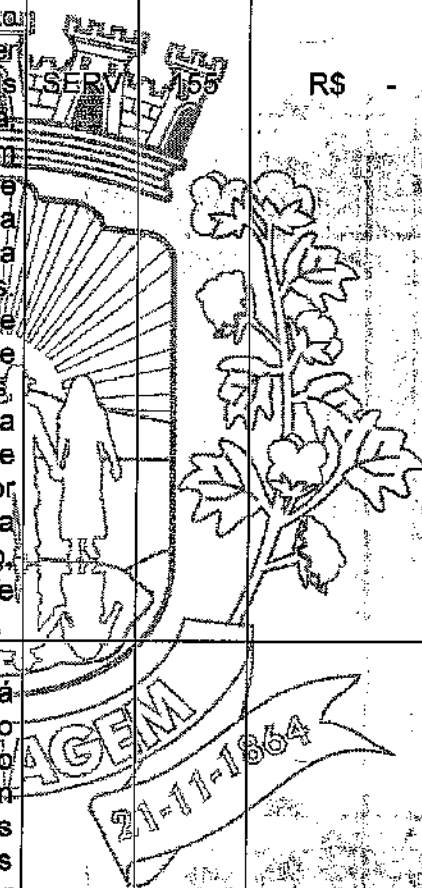
	conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional.				
3	<p>DIVULGAÇÃO EM MÍDIA DIGITAL (PORTAL DE NOTÍCIAS, FACEBOOK, INSTAGRAM, TWITTER E BLOGS) - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual serão disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas, a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local, regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação só poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.</p>	SERV/ MÊS	192	R\$ -	R\$ -
4	<p>DIVULGAÇÃO E COBERTURA DE AÇÕES, PROGRAMAS E EVENTOS EM MÍDIA DIGITAL E/OU IMPRESSAS EM JORNAIS - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual serão disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da Contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas, a divulgação em mídia impressa se dará em</p>	SERV/ MÊS	192	R\$ -	R\$ -



	jornal de circulação local, regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação so poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.				
5	DIVULGAÇÃO SONORA VOLANTE - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais (áudio), filmagens (áudio) e matérias (áudio) produzidos pela contratada. Será utilizado veículo atendendo a todas as exigências e normas do Código de Trânsito brasileiro e ao órgão competente, com motorista habilitado para o veículo, sendo a documentação do veículo, bem como do motorista válidas e regulares, deverá ter som com potência de acordo com a legislação vigente, devendo ser emitido um alvará de funcionamento local, o percurso será definido de acordo com a necessidade da contratante, podendo ser realizado na zona urbana e rural, ou seja, em todo o território do Município.	HORA	1078	R\$ -	R\$ -
6	PRODUÇÃO DE VIDEO/INSTITUCIONAL - ESPECIFICAÇÕES: A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo Uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo e designer.	SERVIÇO	189	R\$ -	R\$ -



7	<p>FILMAGEM E FOTOS AÉREAS (DRONE OU OUTRO SIMILAR) - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, editor de imagem e vídeo, designer, operador (piloto) de drone autorizado, drone devidamente autorizado.</p>	SERV/ MÊS	150	R\$ -	R\$ -
8	<p>COBERTURA FOTOGRÁFICA ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção de foto, a contratada irá produzir a foto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada</p>	SERV/ MÊS	192	R\$ -	R\$ -





	<p>utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo Uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer.</p>				
<p>9</p>	<p>SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) TEMPO REAL COM INTERFACE INTERATIVA - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Croma Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo, em casos excepcionais, serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção da live, a contratada irá produzir o roteiro e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o roteiro aprovado a contratada então realizará a transmissão ao vivo, a transmissão poderá ser realizado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora e de imagem boa. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.</p>				<p>R\$</p>



10	<p>SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE LIVE ESPORTIVA DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Cromo Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada com antecedência dos dias e horários dos jogos. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, narrador, comentarista, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.</p>	SERV. 160	R\$ -	R\$ -	R\$ -
----	---	-----------	-------	-------	-------

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R\$

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

A PROPOSTA ELETRÔNICA NÃO DEVE CONTER NENHUM TIPO DE IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE, CASO CONTRÁRIO SERÁ DESCLASSIFICADA.



MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - FÍSICA (IMPRESSA)

Deverá ser enviada impressa conforme determina o edital.

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Local de Data

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
BOA VIAGEM/CE

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa proposta de preços, conforme planilha abaixo, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.02.27.001 cujo objeto é a Registro de Preços para futuras e eventuais prestações de serviços de cobertura, produção e divulgação de boletim, produção e divulgação de spot, divulgação em mídia e impressa, divulgação sonora volante, produção de vídeo institucional, filmagem e fotos aéreas, cobertura fotográfica e serviço de transmissão ao vivo de matérias, assuntos e conteúdos institucionais de interesse do Gabinete do Prefeito e demais Unidades Administrativas participantes/interessadas do Município de Boa Viagem/CE, conforme especificações em anexo parte integrante deste processo.

Nesta oportunidade temos a declarar, sob as penas da Lei, que tomamos pleno conhecimento do objeto desta licitação, que não possuímos nenhum fato impeditivo para participação deste certame e que nos submetemos a todas as cláusulas e condições previstas neste edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	UNIT	TOTAL
1	COBERTURA, PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETIM DE 5 (CINCO) MINUTOS, ATRAVÉS DE EMISSORA DE RADIO AM E FM ESPECIFICAÇÕES: O boletim será divulgado conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional, preferencialmente os boletins deverão ser divulgados em horário comercial e/ou horário de audiência radiofônica, no mínimo 03 (três) vezes por semana deverá ser disponibilizado o horário de meio dia para divulgação.	SERV	656	R\$ -	R\$ -



2	PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE SPOT DE NO MÍNIMO DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS, ATRAVES DE EMISSORAS DE RÁDIO - ESPECIFICAÇÕES: O spot será divulgado conforme a necessidade do contratante, repassando semanalmente a contratada a relação de horários e vezes que o mesmo deverá ser transmitido, excepcionalmente poderá haver mudanças emergenciais na grade de divulgação, que deverá ser comunicada a contratada, as rádios a serem divulgada(s) deverá ter alcance no mínimo local e regional.	SERV	2184	R\$ -	R\$ -
3	DIVULGAÇÃO EM MIDIA DIGITAL (PORTAL DE NOTÍCIAS, FACEBOOK, INSTAGRAM, TWITTER E BLOGS) - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual serão disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da contratante eventuais divulgações sem a devida autorização da contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas, a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local, regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação só poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.	SERV/ MÊS	92	R\$ -	R\$ -
4	DIVULGAÇÃO E COBERTURA DE AÇÕES, PROGRAMAS E EVENTOS EM MIDIA DIGITAL E/OU IMPRESSAS EM JORNAIS - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais, filmagens, fotos e matérias produzidos pela contratada, a divulgação em mídia digital se dará estritamente nas redes sociais institucionais, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e site oficial, e outros blogs, ao qual serão disponibilizados os links bem como acesso após a assinatura do contrato, toda e qualquer divulgação deverá expressamente autorizada por pessoa designada da	SERV/ MÊS	192	R\$ -	R\$ -




	<p>contratante, eventuais divulgações sem a devida autorização da Contratante poderá a contratada sofrer sanções administrativas, a divulgação em mídia impressa se dará em jornal de circulação local, regional e estadual de acordo com a necessidade do contratante. Toda e qualquer divulgação so poderá ser realizada mediante autorização expressa da contratante.</p>				
5	<p>DIVULGAÇÃO SONORA VOLANTE - ESPECIFICAÇÕES: Serão utilizados conforme a necessidade e conveniência da contratante os boletins, spots, vídeos institucionais (áudio), filmagens (áudio) e matérias (áudio) produzidos pela contratada. Será utilizado veículo atendendo a todas as exigências e normas do Código de Trânsito brasileiro e ao órgão competente, com motorista habilitado para o veículo, sendo a documentação do veículo, bem como do motorista válidas e regulares, deverá ter som com potência de acordo com a legislação vigente, devendo ser emitido um alvará de funcionamento local, o percurso será definido de acordo com a necessidade da contratante, podendo ser realizado na zona urbana e rural, ou seja, em todo o território do Município.</p>	<p>HORA 1078</p>	R\$	-	R\$
6	<p>PRODUÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL - ESPECIFICAÇÕES: A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo Uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo e designer.</p>	<p>SERV 189</p>	R\$	-	R\$



7	<p>FILMAGEM E FOTOS AÉREAS (DRONE OU OUTRO SIMILAR) - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção do vídeo, a contratada irá produzir o texto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, editor de imagem e vídeo, designer, operador (piloto) de drone autorizado, drone devidamente autorizado.</p>	SERV/	155	R\$ -	R\$ -
8	<p>COBERTURA FOTOGRÁFICA ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos de alta resolução no mercado atual. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção de foto, a contratada irá produzir a foto e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o texto aprovado a contratada então gravará o vídeo, o mesmo deverá ser gravado em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora boa, podendo ser recusado pela contratante sem ônus. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. A contratada</p>	SERV/ MÊS	192	R\$ -	R\$ -



	<p>utilizará banco de vozes, trilhas e vinhetas. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo Uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer.</p>				
<p>9</p>	<p>SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) TEMPO REAL COM INTERFACE INTERATIVA - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Croma Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada o assunto tema para produção da live, a contratada irá produzir o roteiro e posterior envio a contratante para revisão e avaliação, após o roteiro aprovado a contratada então realizará a transmissão ao vivo, a transmissão poderá ser realizada em estúdio profissional ou em áreas externas, possuir qualidade sonora e de imagem boa. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.</p>				<p>RS -</p>



10	<p>SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE LIVE ESPORTIVA DE VIDEO VIA INTERNET (LIVE STREAMING) - ESPECIFICAÇÕES: A contratada deverá utilizar pessoal técnico qualificado bem como equipamentos sendo filmadoras de gravação/transmissão com qualidade Full HD e no mínimo 60 FPS, Croma Key, Teleprompter, microfones sem fio de mão e de lapela. A contratante comunicará com antecedência os eventos e outras matérias inerentes, podendo em casos excepcionais serem convocados imediatamente, por questões de fatos em tempo real. A contratante comunicará a contratada com antecedência dos dias e horários dos jogos. A captação poderá sofrer alterações e edições com a finalidade de melhorar a qualidade de áudio e imagem. Em hipótese alguma a contratada poderá se utilizar de áudios, fotos, vídeos e outros que venha a gerar cobranças de direitos autorais, caso o façam, serão de sua inteira responsabilidade eximindo a contratante de quaisquer ônus. A contratada deverá dispor de no mínimo uma equipe técnica composta por cinegrafista, repórter, narrador, comentarista, iluminador, editor de imagem e vídeo, designer. A transmissão será feita em mídia oficial do município sendo a responsabilidade da internet da contratada. A transmissão poderá ser realizada em outros portais mediante autorização da contratante.</p>	SERV. 160	R\$ -	R\$ -
				R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R\$

PROPONENTE:
CNPJ Nº:
REPRESENTANTE DA EMPRESA:
CPF Nº:
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Nome do Representante Legal
CPF nº _____



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO
(Juntar aos documentos requeridos para habilitação)

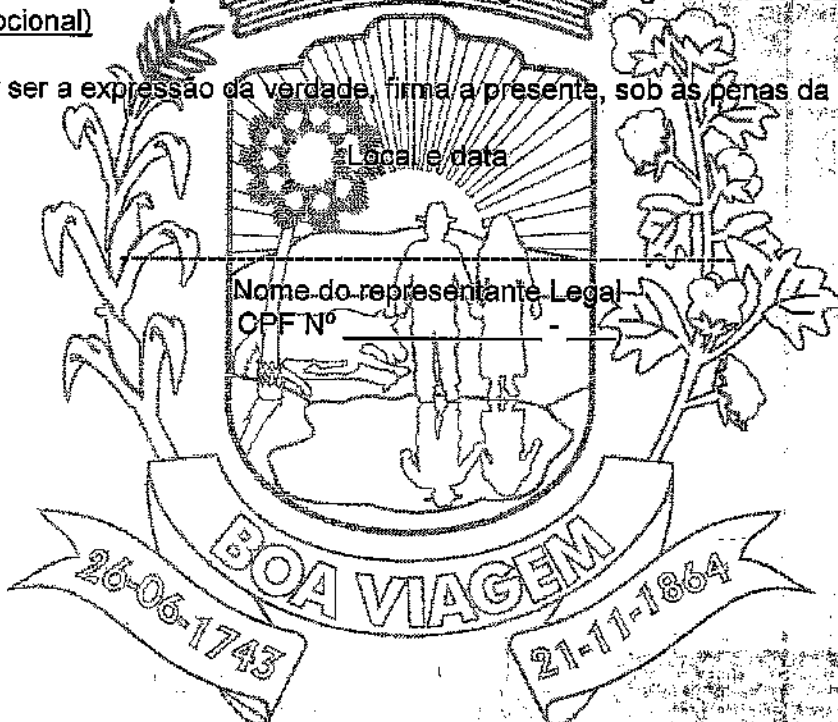
DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO(A) PROPONENTE)

a) DECLARA, para os devidos fins que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

b) DECLARA, Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei 147/2014, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Boa Viagem/CE, ser **MICROEMPRESA-ME E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP**, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006. (opcional)

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.





ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2023.02.27.001
PROCESSO Nº 2023.02.27.001
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.02.27.001
VALIDADE: 01 (um) ano

Aos ___ (____) dias do mês de _____ do ano de _____, na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, localizada na Praça Monsenhor José Cândido, 100 - Centro - Boa Viagem/CE, nos termos constantes na Lei de Licitações nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, na Lei do Pregão nº 10.520, de 10 de julho de 2002 e no Decreto Municipal nº 108/2017, de 08 de março de 2017, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 2023.02.27.001 foram registrados os preços da(s) empresa(s) ao final qualificada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro de preços e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais prestações de serviços de cobertura, produção e divulgação de boletim, produção e divulgação de spot, divulgação em mídia e impressa, divulgação sonora volante, produção de vídeo institucional, filmagem e fotos aéreas, cobertura fotográfica e serviço de transmissão ao vivo de matérias, assuntos e conteúdos institucionais de interesse do Gabinete do Prefeito e demais Unidades Administrativas participantes/interessadas do Município de Boa Viagem/CE, conforme especificações em anexo, parte integrante deste processo de PREGÃO ELETRÔNICO n.º 2023.02.27.001, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com as propostas das licitantes vencedoras, bem como com os mapas de apuração de lances ofertados e/ou verbais apresentados pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1- O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 01 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura.

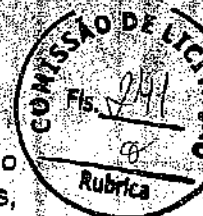
2.2- A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

2.3- As quantidades previstas no Anexo I - Especificações dos Serviços são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1- O gerenciamento da presente Ata caberá ao Ordenador(a) de Despesas do Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, na forma que a lei estabelece.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



4.1- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada pelo Gabinete do Prefeito, na condição de órgão gerenciador e pelas demais Unidades Administrativas, ambas, da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, na condição de órgãos participantes, e por qualquer outro órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta à Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, desde que devidamente comprovada a vantagem.

4.2- Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar o seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, que indicará as possíveis licitantes e respectivos preços registrados.

4.3- Caberá a empresa adjudicatária beneficiária da Ata de Registro de Preços, observada as condições nela estabelecidas, optar ou não pelo fornecimento dos serviços, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.4- As aquisições adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

4.5- O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.6- A existência de preços registrados não obriga aos órgãos ou entidades Participantes, a adquirir o objeto licitado, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E ESPECIFICAÇÃO

5.1. Os preços ofertados, especificações, quadro classificatório com preços propostos das licitantes, da empresa vencedora e das que se dispuserem a ter seus preços registrados ao preço da primeira colocada, empresa (s) e representante (s) legal(is), encontram-se enunciados, em anexo, na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

6.0- O prazo para entrega dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis, mediante ordem de serviço, em caso de atraso, este prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa do contratado e anuência da contratante, devendo a solicitação ser feita imediatamente no dia útil posterior ao vencimento do prazo inicial, todos os atos serão poderão ensejar as penalidades cabíveis. O local de entrega dos serviços é na Assessoria de Comunicação - Endereço Praça Monsenhor José Cândido, 100 - Centro - Boa Viagem/CE, de segunda a quinta-feira das 08:00 hs às 12:00 hs e 14:00 hs às 18:00 hs e na sexta-feira das 08:00 hs às 12:00 hs, e em dias úteis, observado a prestação de serviços externa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1- O pagamento será efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o atesto do recebimento, diretamente pelo Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

PREFEITURA DE BOA VIAGEM

CNPJ Nº 07.963.515/0001-36 | CGF Nº 06.920.307-5

Praça Monsenhor José Cândido, 100 | Centro | Boa Viagem/CE | CEP 63.870-000

Tel.: 88 3427-7001 | E-mail: pmbv_oficial@boaviagem.ce.gov.br | Site: www.boaviagem.ce.gov.br



7.1.1- Para fins de pagamento a empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao CRC ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

7.2- Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

7.3- A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela Contratada, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1 - Entregar o objeto do Contrato conforme a necessidade da Secretaria CONTRATANTE do município de Boa Viagem, em conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Edital, Termo de referência, Termo Contratual e na proposta vencedora do certame, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de serviços, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

8.2 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual;

8.3 - Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega serão dirigidos à Secretaria contratante, até 05 (cinco) dias corridos, antes da data do término do prazo de entrega, explicitadas as razões e devidamente fundamentadas;

8.4 - Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pela Secretaria CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual;

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1- Ficar impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) Ensejar retardamento da realização do certame.
- b) Cometer fraude fiscal.
- c) Deixar de apresentar documento exigido para participação no certame.
- d) Apresentar documento ou declaração falsa.
- e) Não mantiver a proposta de menor preço ofertado em qualquer fase do certame.
- f) Comportar-se de modo inidôneo.
- g) Cometer fraude na prestação dos serviços, e
- h) Descumprir prazos.

9.2- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CRC da Prefeitura Municipal de Boa Viagem e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.



9.3- A contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, a advertências, suspensões e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das sanções legais na esfera cível e criminal, além de multas estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor homologado, em caso de recusa da licitante em assinar a Ata de Registro de Preços em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

b) Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega dos serviços, sobre o valor global do Contrato.

c) Multa de 10 % (dez por cento) do valor residual do contrato, em caso de:

c.1) Atraso, superior a trinta dias na entrega dos serviços.

c.2) Desistência de entregar os serviços.

9.4- As multas previstas nas alíneas anteriores, não serão aplicadas de modo cumulativo.

9.5- O valor da multa aplicada será deduzido pelo órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, por ocasião do pagamento, momento em que a unidade responsável pelo mesmo comunicará a CONTRATADA.

9.6 - As suspensões referentes aos direitos de licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas à CONTRATADA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos para a Administração.

9.7- A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Boa Viagem será aplicada à CONTRATADA que der causa, por duas vezes, à suspensão prevista no item anterior.

9.8- As sanções previstas no item 9.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA que:

a) Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

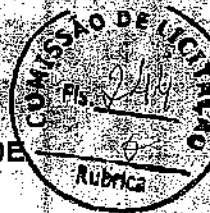
b) Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

9.9- A inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive a sua transferência total ou parcial a outra Empresa, sem prévio assentimento do Órgão/Entidade, enseja sua rescisão com as consequentes penalidades previstas legalmente e contratualmente.

9.10- Para aplicação das sanções previstas neste tópico a licitante será submetida a processo administrativo para apuração dos fatos, garantidos sempre os direitos prévios da citação, da ampla defesa e do contraditório, assegurados pela Constituição Federal de 1.988.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1- A inexecução parcial ou total do Contrato dará ensejo a sua rescisão, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DELA DECORRENTES

11.1- Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Boa Viagem promover as necessárias negociações junto às licitantes.

11.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem convocará a licitante visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

11.4- Frustrada a negociação, a licitante será liberada do compromisso assumido e o órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem convocará as demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

11.5- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a licitante não puder cumprir o compromisso, deverá apresentar ao órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem requerimento com as devidas justificativas e comprovações acerca do assunto.

11.6- O Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, após análise do requerimento, poderá liberar a licitante do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso confirmada a veracidade justificativas e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

11.7- Ocorrendo a liberação da licitante conforme o item acima, o órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem convocará as demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

11.8- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem procederá com a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de ajuste mais vantajoso.

11.9- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.10- A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.11- Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12- O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA DE BOA VIAGEM

CNPJ Nº 07.963.515/0001-36 | CGF Nº 06.920.307-5

Praça Monsenhor José Cândido, 100 | Centro | Boa Viagem/CE | CEP 63.870-000

Tel.: 88 3427-7001 | E-mail: pmbv_oficial@boaviagem.ce.gov.br | Site: www.boaviagem.ce.gov.br



12.1- O órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem poderá cancelar o registro de preços, sem prejuízo das sanções cabíveis:

12.1.1- Quando a Licitante:

- a) Não manter, ou deixar de comprovar que mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
- b) Não atender, ou atender parcialmente, os preços e as condições estipuladas;
- c) Reincidir em faltas no cumprimento das obrigações que decorrerem do Edital e da Ata de Registro de Preços;
- d) Recusar-se à revisão de preços proposta pelo órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, com o intuito de adequá-los aos praticados no mercado;
- e) Demonstrar, comprovadamente, a impossibilidade de atender às solicitações de fornecimento em razão dos preços registrados, pela indisponibilidade do bem no mercado, ou, ainda, em decorrência de caso fortuito ou força maior.

12.1.2- Quando o órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem:

- a) Verificar que os preços praticados no mercado são mais vantajosos do que se refere ao item 11.4 acima.
- b) Entender, motivadamente, conveniente e oportuno por razões de interesse público;
- c) Constatar fato impeditivo à manutenção dos preços registrados.

12.2- A licitante poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do ajustado, decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1- A execução da Ata de Registro de Preços será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por intermédio do órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

13.2- A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

13.3- Quaisquer exigências de fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços deverão ser prontamente atendidas pelo licitante, sem qualquer ônus para o órgão gerenciador da ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONTRATAÇÃO

14.1- Durante o prazo de validade do registro de preços, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste Edital e nas determinações contidas na legislação pertinente.



14.2- Aplica-se às contratações de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III da Lei Federal n. º 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

14.3- Na hipótese de a licitante primeira classificada ter seu registro cancelado e/ou não firmar a contratação no prazo e condições estabelecidos, poderá ser firmada contratação com as demais licitantes, convocadas pela ordem crescente de suas classificações, até que uma delas demonstre interesse, desde que nas mesmas condições propostas pela primeira colocada e atendidas as especificações e prazos exigidos neste Edital.

14.4- A contratação resultante do objeto deste Edital reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078, de 11.09.90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

25.1- Fica eleito o foro da Comarca de Boa Viagem, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes.



TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

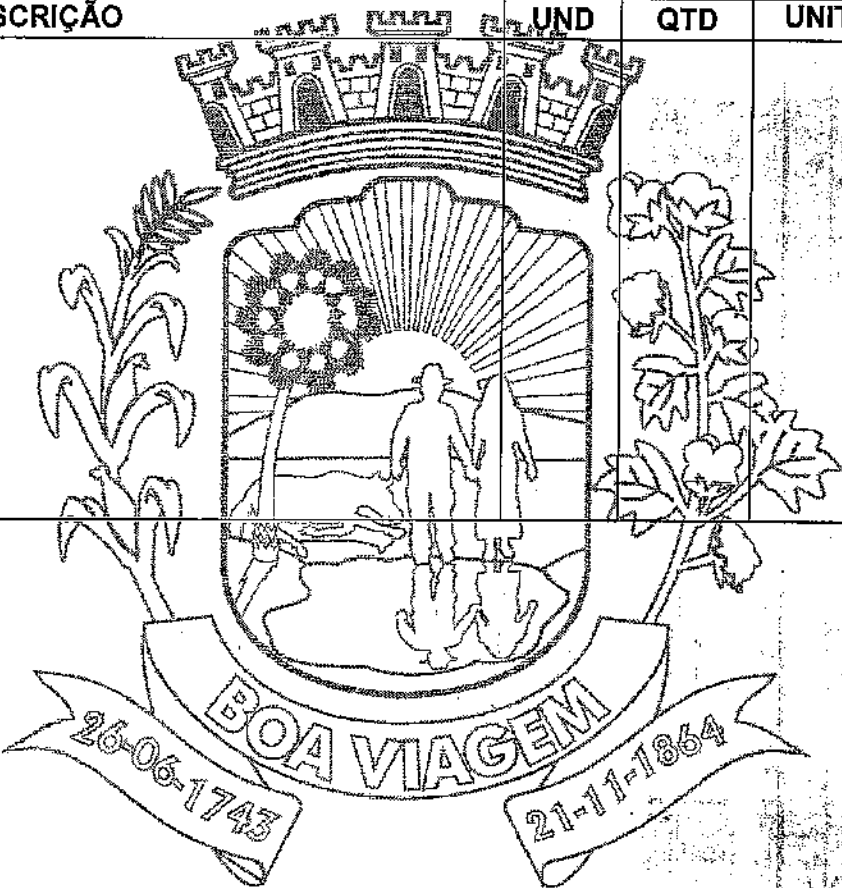
2. _____
Nome:
CPF:



ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2023.02.27.001.

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 2023.02.27.001, celebrada entre o Município de Boa Viagem, através do Gabinete do Prefeito e a(s) empresa(s) abaixo indicadas, cujos preços estão a seguir registrados, demonstrado nas planilhas seguintes, conforme resultado extraído dos mapas de lances ofertados no Pregão Eletrônico nº 2023.02.27.001.

EMPRESA : _____
ENDEREÇO : _____
CNPJ Nº : _____

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	UNIT	TOTAL
					



ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM, ATRAVÉS DO(A) SECRETARIA DE _____, COM _____, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

O Município de Boa Viagem, pessoa jurídica de direito público interno, através do(a) Secretaria de _____, em sua sede no(a) Praça Monsenhor José Cândido, 100 - Centro - Boa Viagem/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º _____/_____, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da _____, Sr(a) _____, doravante denominado de **CONTRATANTE**, no final assinado(a), e do outro lado, _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, representada pelo(a) Sr(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF nº _____, no final assinado(a), doravante denominada de **CONTRATADO(A)**, de acordo com a Pregão Eletrônico n.º 2023.02.27.001, Processo n.º 2023.02.27.001, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores; a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O presente Contrato tem por objeto a Registro de Preços para futuras e eventuais prestações de serviços de cobertura, produção e divulgação de boletim, produção e divulgação de spot, divulgação em mídia impressa, divulgação sonora volante, produção de vídeo institucional, filmagem e fotos aéreas, cobertura fotográfica e serviço de transmissão ao vivo de matérias, assuntos e conteúdos institucionais de interesse do _____ e demais Unidades Administrativas participantes/interessadas do Município de Boa Viagem/CE, conforme especificações em anexo parte integrante deste processo.

1.2 - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 - O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.2.2 - O Edital de Licitação;
- 1.2.3 - A Proposta do Contratado;
- 1.2.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1- Processo de Licitação, na modalidade Pregão, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 - Lei que Regulamenta o Pregão, devidamente homologado pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da Secretaria de _____ do Município de Boa Viagem/CE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1- A CONTRATANTE pagará ao(à) CONTRATADO(A) pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ _____ (_____), conforme planilha em anexo.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1- O(A) CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;



4.2- Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto contratual;

4.3- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas;

4.4- Providenciar os pagamentos à CONTRATADA, à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pela _____, conforme o acordado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1- Executar o objeto do Contrato, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

5.2 - Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

5.3 - Utilizar profissionais devidamente habilitados, substituindo-os nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

5.4 - Facilitar a ação de fiscalização na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo(a) CONTRATANTE;

5.5 - Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que ao (à) CONTRATADO(a) não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do(a) CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;

5.6 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo (a) CONTRATANTE;

5.7- Arcar com eventuais prejuízos causados ao(a) CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual, inclusive respondendo pecuniariamente;

5.8- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência do(a) CONTRATADO(A), com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Boa Viagem/CE

5.9 - Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do contrato;

5.10 - Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO



6.1-O contrato terá o prazo de vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro do ano corrente, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6.2-O objeto da licitação será recebido pelo liquidante da _____, mediante a apresentação dos respectivos recibos (em duas vias), fatura e nota fiscal, nos termos do Edital.

CLAÚSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1- Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação da Nota Fiscal e Fatura correspondente. A Fatura deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pela _____ do Município de Boa Viagem, que atestará a entrega do objeto licitado;

7.2- Caso a fatura seja aprovada pela _____, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da Fatura pela Contratada

CLAÚSULA OITAVA - DA FONTE DE RECURSOS

8.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta dos recursos oriundos do Tesouro Municipal, sob a dotação orçamentária n.º _____, elemento de despesa _____

CLAÚSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

9.1-Os preços são reajustáveis.

CLAÚSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1-A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAÚSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1-O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

11.2- A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do(a) CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora



de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

- a) de **1,0%** (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na entrega dos serviços ou indisponibilidade dos mesmos, limitada a 10% (dez por cento) do mesmo valor;
- b) de **2,0%** (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição contratual, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de **5,0%** (cinco por cento) do valor total do contrato, pela recusa em substituir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a substituição não se efetive nos 05 (cinco) dias que se seguem à data da comunicação formal da rejeição;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Boa Viagem, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.3 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 11.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

11.4 - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

11.5- As sanções previstas nos incisos III e IV do item 11.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

11.6- As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 11.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.7- A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,0%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.



11.8- As sanções previstas no item 11.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

2.1-A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

12.2-Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

12.3-A rescisão contratual de que trata o inciso I de art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1- Declaram as partes que este Contrato corresponde a manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado.

13.2- Obrigação da Contratada de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

14.1-Fica eleito o foro da Comarca de Boa Viagem, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Boa Viagem/CE, de _____ de _____ de 2006.

Ordendedor(a) de Despesa
Cargo do Ordenador(a) de Despesa
CONTRATANTE

Nome do Representante da Empresa
Nome da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF: